



TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

UNIÃO - FAZENDA NACIONAL, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ n.º 00.394.460/0117-71, com sede na Alameda Santos, n.º 610, Cerqueira César, São Paulo/SP, neste ato representada pelos Procuradores da Fazenda subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição Federal e da Lei Complementar n.º 73/1993, doravante denominada “Fazenda Nacional”;

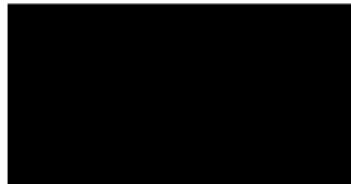
CATÁLISE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS LTDA. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME: 45.357.407/0001-09, com endereço principal situado na Rua Miguel de Cillo, n. 25, bairro Santa Teresinha, na cidade de Piracicaba – SP, CEP 13412-212, neste ato representadas por seu representante legal abaixo assinado, doravante denominada “Requerente”

Cada uma das partes denominadas individualmente “Parte” e, conjuntamente, “Partes” tem justo e acertado o disposto a seguir.

As Partes firmam o presente Termo de Transação Individual (“Transação”), com fundamento no art. 171 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional, CTN), na Lei nº 13.988/2020, no art. 10-C, da Lei nº 10.522/2002 e na Portaria PGFN n. 6.757/2022.

1. DO OBJETO DA TRANSAÇÃO E DO PASSIVO FISCAL

1.1. A presente Transação tem por finalidade a regularização fiscal dos débitos da requerente, a redução de litígios e mediante concessões mútuas, compatibilizar os interesses das Partes quanto à redução dos riscos e ônus associados ao inadimplemento tributário e à cobrança forçada, promovendo a satisfação do crédito público dentro dos limites da capacidade de pagamento do contribuinte a fim de garantir a sobrevivência da atividade produtiva.





1.2. O passivo fiscal da requerente é composto pelos créditos inscritos em Dívida Ativa da União e do FGTS ("Dívida Ativa") indicados no Anexo I. A Transação objetiva o equacionamento da totalidade dos débitos inscritos em Dívida Ativa existente na data da assinatura deste acordo ("Dívida Transacionada").

1.3. Enquanto vigente a Transação, a Dívida Transacionada ficará com a exigibilidade suspensa em virtude do parcelamento, nos termos do art. 151, VI, do CTN e conforme previsão do art. 3º, §2º da Lei 13.988/2020.

2. DO PLANO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA TRANSACIONADA

2.1. Considerando a situação econômica da requerente, aferida a partir da verificação das informações cadastrais patrimoniais ou econômico-fiscais prestadas pelas próprias devedoras ou por terceiros à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou aos demais órgãos da Administração Pública, bem como a capacidade de pagamento aferida com base em diversas fontes de informação, serão concedidas as seguintes condições para adimplemento da Dívida Transacionada, discriminadas em tabela constante do Anexo III:

2.1.1. Desconto máximo de 65%¹ (sessenta e cinco por cento) a cada uma das CDAs, **vedada a redução do montante principal**, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos), cujo desconto médio global concedido no presente acordo é de 58,40%, conforme se observa dos Anexos II e III;

2.1.2. Pagamento da Dívida Transacionada, tanto a de natureza não previdenciária ("Dívida Transacionada – Demais Débitos"), quanto a de natureza previdenciária ("Dívida Transacionada - Previdenciária") em 36 (trinta e seis) prestações mensais iguais e sucessivas, na forma discriminada no Anexo II;

2.1.3. Utilização de crédito decorrente de Prejuízo Fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, limitado a 42% do saldo da dívida após a aplicação dos descontos, observando o limite imposto pelos artigos 35 a 39 da Portaria PGFN nº 6.757/2022, conforme detalhado no Anexo II;

2.1.4. A cobrança do saldo liquidado com uso de créditos decorrentes de

¹ Já foi proferida sentença de concessão de Recuperação Judicial nos autos de n. 1020150-34.2016.8.26.0451. Com efeito, por não ter sido observado o prazo estabelecido pelo art. 21 da Portaria PGFN n. 2.382/2021, o percentual máximo a incidir sobre cada CDA não poderá ultrapassar 65%. Já foi proferida sentença de concessão de Recuperação Judicial nos autos de n. 1020150-34.2016.8.26.0451.



prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL ficará suspensa até a confirmação dos créditos utilizados pela autoridade competente, dentro do prazo legal de cinco anos da sua utilização, mantendo-se as garantias dos débitos eventualmente existentes até a quitação integral do saldo devedor do Acordo de Transação.

2.2. O valor de cada parcela será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

2.3. Os pagamentos serão efetuados até o último dia útil de cada mês, por meio de DARF emitida pela requerente através da plataforma REGULARIZE, sendo o primeiro no mês da assinatura do presente acordo de transação.

2.4. O prazo máximo previsto para pagamento será de 36 (trinta e seis) meses para a Dívida Transacionada, seja para Dívida Transacionada - Demais Débitos, seja para a Dívida Transacionada - Previdenciária, de modo que, se houver saldo devedor superior ao montante previsto para o último pagamento mensal, o valor remanescente deverá ser integralmente recolhido até a data de vencimento da última parcela.

2.5. Eventuais créditos que a requerente venha a dispor, por precatório, levantamento de depósito judicial ou qualquer outro meio, perante a União ou outros entes federados, poderão ser direcionados para adimplemento dos saldos devedores da Transação.

2.6. A formalização da Transação constitui ato inequívoco de reconhecimento, pela requerente, da Dívida Transacionada.

2.7. A Dívida Transacionada somente será extinta quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da celebração da Transação.

3. DAS GARANTIAS

3.1. Considerando que a negociação teve como objetivo a redução considerável do prazo para pagamento, buscando a maior celeridade para o total adimplemento da dívida, bem como por se tratar de empresa em Recuperação Judicial, não haverá oferta de garantia vinculada a presente Transação.



4. DOS LITÍGIOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

4.1. A requerente reconhece e confessa, de forma irrevogável e irretratável, a Dívida Transacionada, confissão essa renovada a cada pagamento periódico, abstendo-se de discuti-las em ação judicial presente ou futura.

4.2. Expressa e irrevogavelmente, a requerente desiste das impugnações ou dos recursos interpostos, e das ações judiciais que tenham por objeto a Dívida Transacionada e, cumulativamente, renuncia a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundam a discussão judicial, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto a Dívida Transacionada, o que deverá ser feito por meio de requerimento de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

4.3. A desistência e a renúncia de que trata a cláusula anterior não exime a requerente do pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais devidos.

4.4. Em até 60 (sessenta) dias após a assinatura deste termo, a requerente deverá peticionar nos processos judiciais relativos a Dívida Transacionada, para noticiar ao juízo a celebração desta Transação, desistir da impugnação, recurso ou ação e renunciar aos direitos sobre os quais se fundam, confessando a dívida de forma irrevogável e irretratável.

5. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. A Fazenda Nacional obriga-se a:

5.1.1. Presumir a boa-fé da requerente em relação às declarações prestadas no momento da formalização da transação;

5.1.2. Notificar a requerente sempre que verificada hipótese de rescisão da transação, com concessão de prazo para regularização do vício;

5.1.3. Tornar públicas todas as negociações firmadas com a requerente, bem como as respectivas obrigações, exigências e concessões, ressalvadas as informações protegidas por sigilo.

5.2. A requerente aceita as condições da transação e assume as seguintes obrigações:

5.2.1. Fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer suas situações econômicas ou



eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;

5.2.2. Não utilizar a Transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;

5.2.3. Declarar que não utilizam pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal;

5.2.4. Declarar que não alienaram ou oneraram bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;

5.2.5. Declarar que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não foram omitidas informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;

5.2.6. Declarar a inexistência de outros créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou precatórios federais expedidos em favor do contribuinte;

5.2.7. Autorizar o acesso da Fazenda Nacional às suas declarações e escritas fiscais;

5.2.8. Manter regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

5.2.9. Não distribuir dividendos aos acionistas acima do mínimo legal;

5.2.10. Regularizar, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que vierem a ser inscritos em Dívida Ativa ou que se tornarem exigíveis após a formalização da Transação;

5.2.11. Não alienar, no curso da Transação, bens ou direitos próprios que possam inviabilizar ou reduzir significativamente a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos neste termo, sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional, bem como demonstrar a ausência de prejuízo ao cumprimento das obrigações contraídas com a celebração da transação em caso de alienação ou de oneração de bens ou direitos integrantes do respectivo ativo não circulante;





6. HIPÓTESES DE RESCISÃO

6.1. Implicará rescisão da Transação:

- 6.1.1. A falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas;
- 6.1.2. A falta de pagamento das duas últimas ou da última parcela da transação;
- 6.1.3. A constatação, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente a sua celebração;
- 6.1.4. A decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da requerente;
- 6.1.5. A concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397/1992;
- 6.1.6. A declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.430/1996;
- 6.1.7. O descumprimento das obrigações formais e materiais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 6.1.8. O não peticionamento, pela requerente, nos processos judiciais relativos à Dívida Transacionada, para: a) noticiar aos juízos a celebração do acordo de transação individual; b) confessar de forma irrevogável e irretratável os débitos;
- 6.1.9. O descumprimento ou cumprimento irregular de qualquer cláusula ou condição deste termo de transação, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias da notificação.
- 6.1.10. A constatação, pela Fazenda Nacional, de que foram inverídicas as declarações formalizadas no Termo de Transação ou prestadas no curso das negociações, inclusive com relação aos documentos contábeis e fiscais;
- 6.1.11. A constatação, pela Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial da requerente como forma de fraudar o



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3^a Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3^a Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

cumprimento da Transação;

6.1.12. A comprovação de que a requerente se utiliza de pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional;

6.1.13. A comprovação de que a requerente incorreu em fraude à execução, nos termos do art. 185 do CTN, e não reservou bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

6.2. A rescisão da transação implicará:

6.2.1. A exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e ainda não pagos em face de uma ou ambas, nos termos dos arts. 124 e 125 do Código Tributário Nacional, com o prosseguimento das execuções fiscais relacionadas aos créditos cuja exigibilidade estava suspensa, inclusive com a possibilidade de prática de atos de constrição e de alienação pelos juízos que as processam, deduzidos os valores pagos, exceto se decretada a falência da requerente;

6.2.2. A execução automática das eventuais garantias.

6.2.3. A faculdade de a Fazenda Nacional requerer a convolação da recuperação judicial em falência

6.3. Rescindida a Transação, é vedada, pelo prazo de 2 (dois) anos contados da data da rescisão, a formalização de nova transação, ainda que relativa a débitos distintos, nos termos do art. 18 da Portaria PGFN nº 6.757/2022.

6.4. A requerente será notificada sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da Transação, por meio eletrônico, através do endereço eletrônico cadastrado da plataforma REGULARIZE.

6.5. A requerente poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, regularizar o vício ou apresentar impugnação, preservada a Transação em todos os seus termos durante esse período.

6.5.1. A impugnação deverá ser apresentada pela plataforma REGULARIZE e deverá trazer todos os elementos que infirmem as hipóteses de rescisão, sendo possível a juntada de documentos.

6.5.2. Apresentada a impugnação, todas as comunicações ulteriores serão realizadas por meio da plataforma REGULARIZE, cabendo à requerente



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3^a Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3^a Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

acompanhar a respectiva tramitação.

6.5.3. A impugnação será apreciada pelo Procurador da Fazenda Nacional da unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional onde o acordo foi proposto, observadas as regras internas de distribuição de atividades.

6.5.4. A requerente será notificada da decisão por meio da plataforma REGULARIZE, sendo-lhe facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo.

6.5.5. O recurso administrativo deverá ser apresentado através da plataforma REGULARIZE e expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação processual civil.

6.5.6. Caso não haja reconsideração pela autoridade responsável pela decisão recorrida, o recurso será encaminhado à autoridade superior.

6.5.7. A autoridade competente para o julgamento do recurso será o Procurador-Chefe da Dívida na 3^a Região.

6.5.8. Importará renúncia à instância recursal e o não conhecimento do recurso eventualmente interposto, a propositura, pela requerente, de qualquer ação judicial cujo objeto coincida total ou parcialmente com a irresignação.

6.6. Enquanto não definitivamente julgada a impugnação à rescisão da Transação, a requerente deverá cumprir todas as exigências do acordo.

6.7. Julgado procedente o recurso, tornar-se-á sem efeito a circunstância determinante da rescisão da Transação.

6.8. Julgado improcedente o recurso, a Transação será definitivamente rescindida.



7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A celebração do presente acordo de transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pela requerente, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

7.2. A celebração desta transação não impede a regular incidência de juros, pelo índice legal vigente para a atualização dos créditos tributários da União, sobre os débitos inscritos em Dívida Ativa da União objeto desta transação.

7.3. O presente termo de transação individual não pode implicar na redução do montante principal do crédito inscrito em Dívida Ativa.

7.4. A formalização do acordo de transação constitui ato inequívoco de reconhecimento, pela requerente, dos débitos transacionados.

7.5. A Transação foi autorizada na forma prevista nos artigos 59 a 63 da Portaria PGFN n. 6.757/2022 (SEI nº **19839.102290/2023-03**) e começa a produzir efeitos na data de sua assinatura pelas Partes.

7.6. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de São Paulo para dirimir questões relativas ao presente termo de Transação.

7.7. Os casos omissos observarão o disposto na Portaria PGFN nº 6.757/2022.

8. DOS ANEXOS

8.1. São parte integrante da Transação os seguintes Anexos:

Anexo I: Relação das Certidões de Dívida Ativa incluídas na Transação;

Anexo II: Plano de pagamento acordado;

Anexo III: Passivo fiscal inscrito e estimativa de desconto por inscrição.

São Paulo, 26 de junho de 2023.





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3^a Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3^a Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU



Carlos Alberto Bertino Guimarães

Procurador da Fazenda Nacional



Gabriel Augusto Luis Teixeira Gonçalves

Procurador-Chefe da Dívida Ativa na 3^a Região



Darlon da Costa Duarte

Coordenador-Geral de Estratégia de Recuperação de Crédito



Gilmar krutzsch

Requerente/Procurador



ANEXO I - CDAs incluídas na Transação

Dívida Transacionada – Total de R\$ 31.267.558,54 (Trinta e um milhões, duzentos e sessenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos)

(Valores atualizados para junho de 2023)

- Demais Débitos – Total de R\$ 14.352.869,58 (Quatorze milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos).**

INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO	VALOR CONSOLIDADO
80 2 12 003538-09	Em cobrança	10.363,46
80 2 14 055130-93	Em cobrança	140.842,94
80 2 14 071434-80	Em cobrança	86.492,56
80 2 14 071437-22	Em cobrança	205.590,43
80 2 14 071438-03	Em cobrança	81.782,20
80 2 15 044424-61	Em cobrança	70.098,99
80 2 19 005917-37	Em cobrança	172.579,30
80 2 19 005918-18	Em cobrança	65.406,77
80 2 20 037075-50	Em cobrança	2.073.024,36
80 2 20 062011-50	Em cobrança	126.426,72
80 3 12 001588-41	Em cobrança	66.328,78
80 3 14 002927-97	Em cobrança	789.681,75
80 3 14 004387-59	Em cobrança	80.686,06
80 3 14 004388-30	Em cobrança	496.415,00
80 3 15 003286-88	Em cobrança	296.186,18
80 3 19 000536-51	Em cobrança	110.187,50
80 4 14 122611-47	Em cobrança	198.435,81
80 4 14 122612-28	Em cobrança	1.314.878,04
80 5 14 009117-50	Em cobrança	18.475,75



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

80 5 16 015358-37	Em cobrança	82.558,30
80 5 16 015359-18	Em cobrança	5.713,93
80 5 16 015360-51	Em cobrança	17.801,18
80 5 17 009118-10	Em cobrança	13.854,06
80 5 17 009119-00	Em cobrança	2.968,71
80 5 17 009120-35	Em cobrança	3.133,64
80 5 17 009121-16	Em cobrança	114.652,89
80 5 17 009122-05	Em cobrança	4.448,49
80 5 17 010173-07	Em cobrança	3.797,59
80 6 09 027867-49	Em cobrança	1.755.402,54
80 6 12 017795-15	Em cobrança	8.739,06
80 6 12 017796-04	Em cobrança	9.035,35
80 6 12 017797-87	Em cobrança	6.690,31
80 6 14 090418-29	Em cobrança	3.313,23
80 6 14 145457-16	Em cobrança	36.505,02
80 6 14 145458-05	Em cobrança	470.991,60
80 6 14 145463-64	Em cobrança	1.928.208,27
80 6 14 145466-07	Em cobrança	5.203,27
80 6 14 145467-98	Em cobrança	5.612,29
80 6 14 145468-79	Em cobrança	138.988,94
80 6 14 145469-50	Em cobrança	110.823,00
80 6 14 145470-93	Em cobrança	186.307,98
80 6 14 145471-74	Em cobrança	22.196,04
80 6 14 145562-46	Em cobrança	150.151,22
80 6 14 151064-14	Em cobrança	142.129,65
80 6 19 011169-00	Em cobrança	6.330,92
80 6 19 011170-43	Em cobrança	66.987,54
80 6 19 011171-24	Em cobrança	26.018,06
80 6 20 078794-27	Em cobrança	646.184,67
80 6 20 133169-19	Em cobrança	673.688,06
80 6 20 133171-33	Em cobrança	38.835,39
80 6 22 040602-26	Em cobrança	203.929,11
80 7 09 006120-74	Em cobrança	347.021,38



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3^a Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3^a Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

80 7 14 030664-01	Em cobrança	97.250,48
80 7 14 030668-27	Em cobrança	417.330,90
80 7 19 004866-03	Em cobrança	5.648,77
80 7 20 030953-48	Em cobrança	146.261,06
80 7 22 010660-42	Em cobrança	44.274,08

- Débitos previdenciários – Total de R\$ 16.914.688,96 (Dezesseis milhões, novecentos e catorze mil, seiscentos e oitenta e oito reais e nove reais e noventa e seis centavos).**

INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO	VALOR CONSOLIDADO	Qt Max Parcel
113786204	Em cobrança	61.887,82	60
113786212	Em cobrança	204.519,16	60
121302148	Em cobrança	123.333,01	60
121302156	Em cobrança	407.411,52	60
121935140	Em cobrança	32.063,18	60
121935159	Em cobrança	104.011,45	60
122817079	Em cobrança	62.976,56	60
122817087	Em cobrança	206.657,74	60
123279470	Em cobrança	33.697,52	60
123279488	Em cobrança	116.542,96	60
124653502	Em cobrança	28.180,85	60
124653510	Em cobrança	93.417,73	60
124653529	Em cobrança	66.761,76	60
124653537	Em cobrança	226.033,08	60
125755007	Em cobrança	31.537,21	60
125755015	Em cobrança	101.567,86	60
128946393	Em cobrança	165.257,21	60
128946407	Em cobrança	541.424,29	60
144642255	Em cobrança	144.931,28	60
144642263	Em cobrança	469.723,25	60



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

152914277	Em cobrança	284.911,78	60
152914285	Em cobrança	1.008.330,67	60
161194222	Em cobrança	136.476,04	60
161194230	Em cobrança	456.080,72	60
171666259	Em cobrança	170.053,64	60
171666267	Em cobrança	544.266,48	60
368732355	Em cobrança	350.494,67	60
369014464	Em cobrança	280.579,56	60
395037077	Em cobrança	461.458,87	60
395857350	Em cobrança	414.331,96	60
396029876	Em cobrança	179.903,88	60
396029884	Em cobrança	803.585,46	60
396425348	Em cobrança	191.215,13	60
401051900	Em cobrança	42.636,74	60
401051919	Em cobrança	165.949,26	60
403345340	Em cobrança	58.194,34	60
403345359	Em cobrança	247.779,66	60
403345367	Em cobrança	134.654,70	60
403345375	Em cobrança	92.861,51	60
403345383	Em cobrança	343.798,00	60
410352101	Em cobrança	91.127,28	60
410352110	Em cobrança	460.343,59	60
413657841	Em cobrança	45.876,61	60
416241395	Em cobrança	42.976,14	60
416241409	Em cobrança	146.916,73	60
422435597	Em cobrança	119.522,06	60
422435600	Em cobrança	418.654,06	60
424314975	Em cobrança	45.055,27	60
424314983	Em cobrança	157.785,08	60
432775048	Em cobrança	149.284,66	60
432775056	Em cobrança	497.284,68	60
436375478	Em cobrança	55.912,99	60
436375486	Em cobrança	184.176,01	60



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

438263448	Em cobrança	56.074,56	60
438263456	Em cobrança	184.599,58	60
440893062	Em cobrança	56.828,53	60
440893070	Em cobrança	187.319,21	60
446508144	Em cobrança	163.752,32	60
446508152	Em cobrança	539.655,66	60
453742955	Em cobrança	119.072,92	60
453742963	Em cobrança	401.059,07	60
457157330	Em cobrança	58.433,65	60
457157348	Em cobrança	193.355,00	60
464788765	Em cobrança	103.740,06	60
464788773	Em cobrança	341.055,40	60
469235063	Em cobrança	37.040,48	60
469235071	Em cobrança	121.972,84	60
472695061	Em cobrança	34.462,30	60
472695070	Em cobrança	110.630,62	60
480305781	Em cobrança	67.377,20	60
480305790	Em cobrança	215.433,66	60
484724347	Em cobrança	33.286,30	60
484724355	Em cobrança	106.317,29	60
488246989	Em cobrança	31.656,66	60
488246997	Em cobrança	101.920,21	60
80 4 20 182609-09	Em cobrança	247.934,25	60
80 4 20 182610-42	Em cobrança	539.447,28	60
80 4 20 182611-23	Em cobrança	64.142,89	60
80 4 20 182612-04	Em cobrança	5.131,24	60
80 4 20 182613-95	Em cobrança	25.657,04	60
80 4 20 182614-76	Em cobrança	38.485,63	60
80 4 20 182615-57	Em cobrança	12.095,01	60
80 4 20 182616-38	Em cobrança	15.394,17	60
80 4 20 182617-19	Em cobrança	145.890,18	60
80 4 20 182626-00	Em cobrança	34.147,06	60
80 4 21 303814-96	Em cobrança	108.063,91	60

**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN**

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

80 4 21 303815-77	Em cobrança	240.941,24	60
80 4 21 303816-58	Em cobrança	104.487,64	60
80 4 21 303817-39	Em cobrança	27.683,98	60
80 4 21 303818-10	Em cobrança	2.214,60	60
80 4 21 303819-09	Em cobrança	13.677,36	60
80 4 21 303820-34	Em cobrança	6.644,04	60
80 4 21 303821-15	Em cobrança	4.076,05	60
80 4 21 303822-04	Em cobrança	9.118,20	60



ANEXO II – Do plano de pagamento²

Proposta de regularização do passivo fiscal:

- a) Valor total do passivo tributário: R\$ 31.267.558,54 (Junho/2023);
- b) Sem entrada e sem garantia.
- c) Percentual de desconto máximo aproximado: 58,39%
- d) Saldo devedor após aplicação do desconto: R\$ 13.009.140,99
- e) Amortização de 42% do saldo devedor com PF/BCN.
- f) Saldo devedor remanescente após desconto e amortização com PF/BCN: R\$ 7.545.301,78.
 - f.1. Pagamento do saldo devedor em 36 (trinta e seis) prestações de R\$ 209.591,72.

² Valores consolidados para junho de 2023 já considerados os descontos máximos possíveis por inscrição, mas sujeitos a aprovação pelas autoridades competentes (art. 60 e ss. da Portaria PGFN n. 6.757/2022) e alterações no momento da consolidação.



ANEXO III - Passivo fiscal inscrito e estimativa de desconto por inscrição

INSCRIÇÃO	PRINCIPAL	JUROS	MULTA	ENCARGO LEGAL	VALOR CONSOLIDAD O	PERCENTUAL DE DESCONTO EFETIVO
113786204	26.774,93	19.443,26	5.354,99	10.314,64	61.887,82	56,74%
113786212	88.482,44	64.253,70	17.696,49	34.086,53	204.519,16	56,74%
121302148	53.948,17	38.039,70	10.789,64	20.555,50	123.333,01	56,26%
121302156	178.224,10	125.640,67	35.644,83	67.901,92	407.411,52	56,25%
121935140	14.179,97	9.703,35	2.836,00	5.343,86	32.063,18	55,77%
121935159	45.999,15	31.477,22	9.199,84	17.335,24	104.011,45	55,77%
122817079	28.068,64	18.798,10	5.613,73	10.496,09	62.976,56	55,43%
122817087	92.110,06	61.682,74	18.421,98	34.442,96	206.657,74	55,43%
123279470	15.144,69	9.907,65	3.028,93	5.616,25	33.697,52	55,06%
123279488	52.377,91	34.265,63	10.475,59	19.423,83	116.542,96	55,06%
124653502	12.901,90	8.001,76	2.580,38	4.696,81	28.180,85	54,22%
124653510	42.768,99	26.525,31	8.553,81	15.569,62	93.417,73	54,22%
124653529	30.287,34	19.290,00	6.057,46	11.126,96	66.761,76	54,63%
124653537	102.542,40	65.310,02	20.508,48	37.672,18	226.033,08	54,63%
125755007	14.527,12	8.848,47	2.905,42	5.256,20	31.537,21	53,94%
125755015	46.785,63	28.497,13	9.357,12	16.927,98	101.567,86	53,94%
128946393	77.271,32	44.988,78	15.454,24	27.542,87	165.257,21	53,24%
128946407	253.157,94	147.397,39	50.631,58	90.237,38	541.424,29	53,24%
144642255	75.946,03	29.640,82	15.189,22	24.155,21	144.931,28	47,60%
144642263	246.152,00	96.053,69	49.230,35	78.287,21	469.723,25	47,60%
152914277	153.039,07	53.779,59	30.607,82	47.485,30	284.911,78	46,29%
152914285	542.085,01	189.773,61	108.416,94	168.055,11	1.008.330,67	46,24%
161194222	75.240,72	23.441,15	15.048,16	22.746,01	136.476,04	44,87%
161194230	251.326,99	78.474,92	50.265,36	76.013,45	456.080,72	44,89%
171666259	95.220,25	27.447,03	19.044,09	28.342,27	170.053,64	44,01%

**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN**

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

171666267	304.709,39	87.904,14	60.941,87	90.711,08	544.266,48	44,01%
368732355	123.969,52	143.315,46	24.793,91	58.415,78	350.494,67	64,63%
369014464	99.959,94	113.864,37	19.991,99	46.763,26	280.579,56	64,37%
395037077	165.383,41	186.088,96	33.076,69	76.909,81	461.458,87	64,16%
395857350	149.599,22	165.757,57	29.919,84	69.055,33	414.331,96	63,89%
396029876	65.623,44	71.171,77	13.124,69	29.983,98	179.903,88	63,52%
396029884	292.945,82	318.119,58	58.589,15	133.930,91	803.585,46	63,55%
396425348	70.177,90	75.132,45	14.035,59	31.869,19	191.215,13	63,30%
401051900	16.187,81	16.105,25	3.237,56	7.106,12	42.636,74	62,03%
401051919	63.005,62	62.684,31	12.601,12	27.658,21	165.949,26	62,03%
403345340	22.274,15	21.766,30	4.454,83	9.699,06	58.194,34	61,72%
403345359	94.786,15	92.739,66	18.957,24	41.296,61	247.779,66	61,75%
403345367	51.857,19	49.983,62	10.371,44	22.442,45	134.654,70	61,49%
403345375	36.250,36	33.884,16	7.250,07	15.476,92	92.861,51	60,96%
403345383	134.198,51	125.460,13	26.839,69	57.299,67	343.798,00	60,97%
410352101	35.795,43	32.984,89	7.159,08	15.187,88	91.127,28	60,72%
410352110	180.208,05	167.369,99	36.041,62	76.723,93	460.343,59	60,85%
413657841	18.096,43	16.514,80	3.619,28	7.646,10	45.876,61	60,55%
416241395	17.001,40	15.411,77	3.400,28	7.162,69	42.976,14	60,44%
416241409	58.120,39	52.686,13	11.624,09	24.486,12	146.916,73	60,44%
422435597	47.490,54	42.613,07	9.498,11	19.920,34	119.522,06	60,27%
422435600	166.344,03	149.265,53	33.268,82	69.775,68	418.654,06	60,27%
424314975	17.968,92	15.983,35	3.593,79	7.509,21	45.055,27	60,12%
424314983	62.927,77	55.974,25	12.585,55	26.297,51	157.785,08	60,12%
432775048	59.852,28	52.581,15	11.970,45	24.880,78	149.284,66	59,91%
432775056	199.361,17	175.170,49	39.872,24	82.880,78	497.284,68	59,91%
436375478	22.541,93	19.543,85	4.508,38	9.318,83	55.912,99	59,68%
436375486	74.252,55	64.376,96	14.850,50	30.696,00	184.176,01	59,68%
438263448	22.673,98	19.520,03	4.534,79	9.345,76	56.074,56	59,56%
438263456	74.643,60	64.260,66	14.928,72	30.766,60	184.599,58	59,56%
440893062	23.059,41	19.685,82	4.611,88	9.471,42	56.828,53	59,42%
440893070	75.984,24	64.918,25	15.196,85	31.219,87	187.319,21	59,44%
446508144	66.917,07	56.159,78	13.383,42	27.292,05	163.752,32	59,14%

**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN**

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

446508152	220.529,02	185.078,22	44.105,81	89.942,61	539.655,66	59,14%
453742955	49.114,37	40.290,19	9.822,87	19.845,49	119.072,92	58,75%
453742963	165.427,01	135.703,46	33.085,42	66.843,18	401.059,07	58,75%
457157330	24.252,77	19.591,39	4.850,55	9.738,94	58.433,65	58,50%
457157348	80.251,60	64.827,24	16.050,33	32.225,83	193.355,00	58,50%
464788765	43.178,83	34.635,45	8.635,77	17.290,01	103.740,06	58,38%
464788773	141.954,22	113.867,77	28.390,84	56.842,57	341.055,40	58,38%
469235063	15.558,00	12.197,47	3.111,60	6.173,41	37.040,48	58,00%
469235071	51.231,87	40.165,78	10.246,38	20.328,81	121.972,84	58,00%
472695061	14.538,84	11.271,97	2.907,77	5.743,72	34.462,30	57,81%
472695070	46.672,50	36.185,18	9.334,50	18.438,44	110.630,62	57,81%
480305781	28.611,91	21.813,38	5.722,38	11.229,53	67.377,20	57,53%
480305790	91.485,10	69.745,95	18.297,00	35.905,61	215.433,66	57,53%
484724347	14.232,94	10.659,05	2.846,59	5.547,72	33.286,30	57,24%
484724355	45.460,38	34.045,28	9.092,08	17.719,55	106.317,29	57,24%
488246989	13.599,62	10.061,00	2.719,93	5.276,11	31.656,66	57,04%
488246997	43.784,67	32.391,90	8.756,94	16.986,70	101.920,21	57,04%
80 2 12 003538-09	3.250,00	4.736,22	650,00	1.727,24	10.363,46	65,00%
80 2 14 055130-93	55.654,28	50.584,06	11.130,78	23.473,82	140.842,94	60,48%
80 2 14 071434-80	23.925,92	43.366,04	4.785,18	14.415,42	86.492,56	65,00%
80 2 14 071437-22	52.873,77	107.876,85	10.574,74	34.265,07	205.590,43	65,00%
80 2 14 071438-03	21.459,96	42.399,90	4.291,98	13.630,36	81.782,20	65,00%
80 2 15 044424-61	30.408,74	21.925,40	6.081,69	11.683,16	70.098,99	56,62%
80 2 19 005917-37	88.459,12	37.665,16	17.691,81	28.763,21	172.579,30	48,74%
80 2 19 005918-18	38.861,66	12.826,75	7.772,29	5.946,07	65.406,77	40,58%
80 2 20 037075-50	356.263,28	858.367,83	512.889,19	345.504,06	2.073.024,36	65,00%
80 2 20	71.674,20	19.346,64	14.334,76	21.071,12	126.426,72	43,31%

**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN**

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

062011-50						
80 3 12 001588-41	25.082,36	25.175,16	5.016,47	11.054,79	66.328,78	62,18%
80 3 14 002927-97	315.927,67	278.954,96	63.185,50	131.613,62	789.681,75	59,99%
80 3 14 004387-59	26.804,00	35.073,59	5.360,80	13.447,67	80.686,06	65,00%
80 3 14 004388-30	90.672,53	255.002,25	68.004,39	82.735,83	496.415,00	65,00%
80 3 15 003286-88	121.792,51	100.670,82	24.358,49	49.364,36	296.186,18	58,88%
80 3 19 000536-51	49.838,76	32.016,41	9.967,75	18.364,58	110.187,50	54,77%
80 4 14 122611-47	65.221,64	87.097,26	13.044,28	33.072,63	198.435,81	65,00%
80 4 14 122612-28	240.754,29	674.411,66	180.565,75	219.146,34	1.314.878,04	65,00%
80 4 20 182609-09	142.121,65	36.065,96	28.424,27	41.322,37	247.934,25	42,68%
80 4 20 182610-42	309.318,06	78.357,82	61.863,52	89.907,88	539.447,28	42,66%
80 4 20 182611-23	36.784,21	9.311,41	7.356,79	10.690,48	64.142,89	42,65%
80 4 20 182612-04	2.942,69	744,85	588,50	855,20	5.131,24	42,65%
80 4 20 182613-95	14.713,66	3.724,52	2.942,69	4.276,17	25.657,04	42,65%
80 4 20 182614-76	22.070,50	5.586,81	4.414,05	6.414,27	38.485,63	42,65%
80 4 20 182615-57	6.933,47	1.759,07	1.386,64	2.015,83	12.095,01	42,67%
80 4 20 182616-38	8.828,19	2.234,69	1.765,60	2.565,69	15.394,17	42,65%
80 4 20 182617-19	83.636,50	21.211,39	16.727,26	24.315,03	145.890,18	42,67%
80 4 20 182626-00	19.613,66	4.919,54	3.922,69	5.691,17	34.147,06	42,56%
80 4 21 303814-96	63.090,49	14.344,72	12.618,05	18.010,65	108.063,91	41,62%



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN**

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

80 4 21 303815-77	141.060,19	31.512,21	28.211,97	40.156,87	240.941,24	41,45%
80 4 21 303816-58	61.193,80	13.640,54	12.238,70	17.414,60	104.487,64	41,43%
80 4 21 303817-39	16.172,64	3.662,85	3.234,50	4.613,99	27.683,98	41,58%
80 4 21 303818-10	1.293,78	292,99	258,73	369,10	2.214,60	41,58%
80 4 21 303819-09	7.984,78	1.816,10	1.596,92	2.279,56	13.677,36	41,62%
80 4 21 303820-34	3.881,40	879,04	776,26	1.107,34	6.644,04	41,58%
80 4 21 303821-15	2.368,75	554,22	473,74	679,34	4.076,05	41,89%
80 4 21 303822-04	5.323,18	1.210,72	1.064,60	1.519,70	9.118,20	41,62%
80 5 14 009117-50	7.418,91	5.751,88	2.225,67	3.079,29	18.475,75	59,85%
80 5 16 015358-37	33.578,31	25.146,79	10.073,49	13.759,71	82.558,30	59,33%
80 5 16 015359-18	2.323,99	1.740,43	697,19	952,32	5.713,93	59,33%
80 5 16 015360-51	7.240,14	5.422,14	2.172,04	2.966,86	17.801,18	59,33%
80 5 17 009118-10	6.793,21	2.713,88	2.037,96	2.309,01	13.854,06	50,97%
80 5 17 009119-00	1.455,69	581,54	436,70	494,78	2.968,71	50,97%
80 5 17 009120-35	1.536,56	613,85	460,96	522,27	3.133,64	50,97%
80 5 17 009121-16	56.218,94	22.459,46	16.865,68	19.108,81	114.652,89	50,97%
80 5 17 009122-05	2.181,28	871,42	654,38	741,41	4.448,49	50,97%
80 5 17 010173-07	1.862,12	743,91	558,63	632,93	3.797,59	50,97%
80 6 09 027867-49	277.713,92	996.838,02	188.283,51	292.567,09	1.755.402,54	65,00%
80 6 12	2.750,00	3.982,55	550,00	1.456,51	8.739,06	65,00%



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

017795-15						
80 6 12	2.811,60	4.155,54	562,32	1.505,89	9.035,35	65,00%
017796-04						
80 6 12	2.121,23	3.029,79	424,24	1.115,05	6.690,31	65,00%
017797-87						
80 6 14	1.324,42	1.171,73	264,88	552,20	3.313,23	60,03%
090418-29						
80 6 14	10.095,86	18.305,82	2.019,17	6.084,17	36.505,02	65,00%
145457-16						
80 6 14	154.609,02	206.962,23	30.921,75	78.498,60	470.991,60	65,00%
145458-05						
80 6 14	353.639,80	987.970,55	265.229,88	321.368,04	1.928.208,27	65,00%
145463-64						
80 6 14	1.536,25	2.492,56	307,25	867,21	5.203,27	65,00%
145466-07						
80 6 14	1.723,55	2.608,65	344,71	935,38	5.612,29	65,00%
145467-98						
80 6 14	36.319,89	72.240,26	7.263,97	23.164,82	138.988,94	65,00%
145468-79						
80 6 14	29.201,45	57.310,76	5.840,29	18.470,50	110.823,00	65,00%
145469-50						
80 6 14	49.259,68	96.145,04	9.851,93	31.051,33	186.307,98	65,00%
145470-93						
80 6 14	5.829,62	11.501,16	1.165,92	3.699,34	22.196,04	65,00%
145471-74						
80 6 14	37.828,47	79.731,87	7.565,68	25.025,20	150.151,22	65,00%
145562-46						
80 6 14	37.300,85	73.680,36	7.460,17	23.688,27	142.129,65	65,00%
151064-14						
80 6 19	3.784,05	1.214,54	756,80	575,53	6.330,92	40,23%
011169-00						
80 6 19	34.346,32	14.607,39	6.869,24	11.164,59	66.987,54	48,73%
011170-43						
80 6 19	14.238,07	4.596,04	2.847,61	4.336,34	26.018,06	45,28%
011171-24						
80 6 20	119.798,27	268.941,12	149.747,84	107.697,44	646.184,67	65,00%
078794-27						
80 6 20	382.222,51	102.739,74	76.444,47	112.281,34	673.688,06	43,26%
133169-19						

**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN**

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3

Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA

Divisão de Dívida Ativa – DIDAU

80 6 20 133171-33	22.018,85	5.940,24	4.403,74	6.472,56	38.835,39	43,30%
80 6 22 040602-26	121.170,01	24.536,92	24.234,00	33.988,18	203.929,11	40,58%
80 7 09 006120-74	54.580,87	197.459,63	37.143,99	57.836,89	347.021,38	65,00%
80 7 14 030664-01	31.955,74	42.695,23	6.391,10	16.208,41	97.250,48	65,00%
80 7 14 030668-27	76.541,93	213.827,36	57.406,46	69.555,15	417.330,90	65,00%
80 7 19 004866-03	3.091,23	997,84	618,24	941,46	5.648,77	45,28%
80 7 20 030953-48	82.982,47	22.305,29	16.596,46	24.376,84	146.261,06	43,26%
80 7 22 010660-42	26.306,65	5.327,09	5.261,33	7.379,01	44.274,08	40,58%